

**A QUESTÃO DO SANEAMENTO RURAL NAS ZONAS PIONEIRAS DO OESTE PAULISTA, 1916-
1930.**

TRABALHO APRESENTADO PARA X BRASA

SESSÃO 1: 9:00-10:45, 22 DE JULHO DE 2010 (QUINTA-FEIRA)

1.2 HISTORY AND DEVELOPMENT IN BRAZIL

A questão do saneamento rural nas zonas pioneiras do oeste paulista, 1916-1930

Cristina de Campos*

Introdução

Nos últimos anos nos ocupamos em pesquisar o processo de urbanização da última zona pioneira do oeste paulista, a “Alta Paulista”. Sob o abrigo de uma bolsa de Pós-doutorado da FAPESP, esta pesquisa desenvolvida junto ao Laboratório de Fundamentos Sociais da Arquitetura e do Urbanismo da FAUUSP tinha como principal objetivo conhecer como ocorreu a ocupação e conseqüente urbanização daquela porção do interior paulista. A proposta metodológica deste projeto era conhecer este processo de urbanização por meio da análise e identificação dos agentes sociais que possibilitaram a ocupação do espigão dos rios Aguapeí/Feio e Peixe, que foram os empresários, grandes e pequenos proprietários rurais, trabalhadores, empresas, companhias ferroviárias, organizações não-governamentais, fundações filantrópicas, repartições e instituições públicas, unidos por um interesse comum, o desenvolvimento do complexo cafeeiro na Alta Paulista. O sucesso do estabelecimento do complexo cafeeiro faria com que os negócios e investimentos realizados na região prosperassem.

Identificamos como os agentes sociais que viabilizaram a ocupação da zona situada entre o espigão dos rios Aguapeí e Feio os seguintes: a *Companhia Paulista de Estradas de Ferro*, empresa ferroviária que obteve o direito de explorar esta faixa com a construção de sua linha tronco oeste. A rede urbana que caracteriza a Alta Paulista é resultado do planejamento da diretoria da Paulista, que antes da execução da linha férrea já havia determinado os pontos onde seriam construídas as cidades do ramal oeste; as *companhias de colonização*, empresas privadas responsáveis pela comercialização da terra ao longo

* Cientista social, Mestre e Doutora pela Universidade de São Paulo. Pós-doutora pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Esta pesquisa contou com o apoio da FAPESP.

das vias ferroviárias nas zonas pioneiras, destacando-se, no caso da Alta Paulista a CAIC (Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização) que após 1933 é adquirida pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro, associações de classe como a Sociedade Rural Brasileira, fundada em 1918 por empresários ligados ao setor rural “com o objetivo de coordenar ações que pudessem incentivar as atividades ligadas à agropecuária” (PERISSINOTO, 1999:212) e cuidar dos interesses políticos e econômicos de seus associados (SZMRECSÁNYI, 2000:39), e o Estado, representado aqui pela suas secretarias e outras repartições públicas. Outro agente social que não pode ser negligenciado são os pioneiros, nacionais e estrangeiros, que se aventuraram em terras desconhecidas na busca de novas oportunidades de trabalho. O deslocamento do pioneiro para as zonas de fronteira agrícola foi essencial para a ocupação destas paragens e estes agentes sociais trataram de criar os mecanismos necessários para permitir a fixação deste contingente de trabalho nas zonas pioneiras.

As zonas pioneiras atraíam diversos e vários grupos sociais, com promessas de enriquecimento rápido e a oportunidade para um novo começo de vida, em especial, para muitos ex-colonos das zonas antigas. Um novo começo nas zonas pioneiras representava o desvencilhamento de relações trabalho exploratórias, vivenciadas nas regiões produtoras mais antigas (MARTINS, 2004). Por atraírem tipos tão diversos e com objetivos similares, as zonas pioneiras também eram palco de conflitos entre estes interesses e da própria luta de classes, além dos embates iniciais com etnias indígenas no começo do processo de colonização. Como ainda não havia a presença das forças do Estado, a ordem e a manutenção do *status quo* eram garantidas pelos grandes proprietários que dominavam a região através da força. Por essas características é comum encontrarmos em vários autores a comparação da conquista do oeste paulista com a do *far west* norte-americano (MONBEIG, 1984; FRANÇA, 1960). Aos poucos, o Estado penetrou nas zonas pioneiras, enquanto árbitro e conciliador entre os

vários agentes sociais, contudo, não podemos ignorar que suas instituições e políticas públicas estavam de acordo com os interesses da elite local.

Nas zonas pioneiras, onde tudo estava por se fazer, havia muitos obstáculos a serem superados para que a ocupação do espaço se concretizasse. Além da carência de infra-estrutura, as condições do meio se constituíam em um sério entrave ao desenvolvimento da zona pioneira. A floresta tropical, que recobria aqueles sertões abrigava povos indígenas e moléstias tropicais que se constituíam em ameaças sérias ao estabelecimento dos agentes sociais¹. Neste artigo nos propomos a analisar as medidas adotadas pelos agentes sociais com o fito de promover ações de saneamento na zona pioneira, uma vez que, sem saneamento, estava praticamente inviabilizada a introdução do elemento humano na região em questão. Dessa forma, o objetivo é conhecer como os agentes sociais envolvidos com a ocupação da zona pioneira paulista promoveram ações de saneamento e quais foram estas ações.

Alguns esclarecimentos são necessários antes de adentrarmos nas questões acima apontadas. Por zona pioneira utilizaremos as demarcações propostas por Pierre Monbeig (1984), que em seu livro as identifica como as áreas onde estão instaladas as companhias ferroviárias e suas linhas de cunho estratégico, que penetraram nas "terras desconhecidas" do oeste/noroeste paulista em direção ao estado de Mato Grosso. Segundo França (1960:185), a expansão das linhas oeste e noroeste, de tradicionais empresas ferroviárias paulistas, seguiram a linha dos espigões, fazendo com que cada uma das zonas tributárias das companhias correspondesse a um divisor de águas. Esta linha dos espigões seriam posteriormente reconhecidas pelo nome da ferrovia que por ela passava. Assim temos a zona da *Alta*

¹ Sobre o avanço da franja pioneira e o extermínio de populações indígenas de São Paulo possuímos vários trabalhos que abordam a questão como LIMA (1978) e BORELLI (1984).

Araraquarense, entre os rios Turvo e São José dos Dourados, a *Noroeste*, entre os rios Tietê e Aguapeí, a zona da *Alta Paulista*, entre os rios Aguapeí/Feio e Peixe e a zona da *Alta Sorocabana*, entre o Peixe e o Paranapanema. Estas linhas nos seus respectivos espigões foram tão bem sucedidas que é comum encontrarmos em relatórios, documentos oficiais ou mesmo no vocabulário cotidiano dos habitantes dessas faixas a referencia ao local de “Alta Sorocabana”, “Alta Mogiana”, “Alta Paulista” e “Alta Araraquarense”. A passagem destas ferrovias marcou profundamente o território paulista.

Nas primeiras décadas do século XX, a zona pioneira do estado de São Paulo se situava junto à ponta de trilhos das tradicionais empresas ferroviárias. A Companhia Paulista que, a partir de Rincão, chegava a Bebedouro e depois a Barretos. A Estrada de Ferro Araraquara havia iniciado sua expansão oeste até São José do Rio Preto, que depois seguiria para Santa Fé do Sul. Exceção é a linha da Companhia Mogiana que de Ribeirão Preto e Franca partia para o Triângulo Mineiro, conectava-se com a Companhia São Paulo-Goiás e partia em direção a cidade de Araguari, em Goiás. Estas linhas da Mogiana, Paulista e Araraquarense (até São José do Rio Preto) situadas a margem direita do rio Tietê não passaram suas linhas por regiões completamente desabitadas e desconhecidas, por isso, não são consideradas regiões de zonas pioneiras. Por outro lado, as linhas da *Noroeste* (partindo de Bauru até Itapura e depois Mato Grosso), da *Sorocabana* (partindo de Ourinhos até Presidente Epitácio e Presidente Prudente) e posteriormente da *Paulista* (partindo de Piratininga até Panorama) rasgavam regiões desconhecidas e desabitadas pela colonização branca. Era nesta vasta região que se concentrava a franja agrícola e pioneira do estado de São Paulo, para onde se dirigiam centenas de trabalhadores em busca de novas oportunidades e um novo começo de vida como pequenos proprietários (MONBEIG, 1984).

É necessário frisar também que estas zonas pioneiras eram conhecidas também como Oeste Novíssimo, em oposição ao Oeste Novo do século XIX, que tinha como centro a cidade de Campinas e se desenvolveu nas últimas décadas do século XIX (GORENDER apud GUNN,1992). Para este estudo da questão do saneamento nas zonas pioneiras paulistas propusemos duas datas para balizar os estudos que se seguem. A data de 1916 marca o início dos primeiros contatos entre o governo estadual paulista e um organismo internacional de saúde, cujo acordo de cooperação foi essencial para o desenvolvimento das políticas de saúde pública no estado de São Paulo: a Fundação Rockefeller. Esta data não é ponto de partida apenas da Fundação Rockefeller, mas de um outro agente social fundamental: o Estado. Em 1916 assume a direção do Serviço Sanitário estadual o médico Arthur Neiva, gestão que será marcada pela atenção ao saneamento rural cuja expressão maior é, sem dúvida, a publicação do Código Sanitário Rural, em 1918 (RIBEIRO, 1993). Encerramos a periodização para este estudo em 1930. As conseqüências políticas da revolução serão sentidas no governo estadual paulista e no setor da saúde, com o arrefecimento da política de saúde que vinha sendo desenvolvida em São Paulo. A década de 1930 marcará também a entrada de outros agentes sociais que tratarão diretamente da questão do saneamento na zona pioneira: as companhias de colonização, em especial, a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização (CAIC). A década de 1930 é, dentro deste contexto, uma segunda etapa marcada por outras políticas e outros agentes sociais, devendo ser aprofundado em outra oportunidade.

Na primeira parte deste artigo, revemos como ocorreu a ocupação da região oeste paulista. Na segunda parte, analisamos a atuação dos agentes sociais privados e públicos e quais foram as medidas tomadas por estes nas questões relativas ao saneamento. Nas considerações finais ressaltamos que a questão do saneamento rural

não se esgota em 1930, pelo contrário, a nova década revelará que outros serão colocados aos agentes sociais do oeste paulista.

A ocupação da região oeste (A ocupação da zona pioneira paulista)

Antes de conhecer as medidas de saneamento adotadas pelos agentes sociais no noroeste paulista pretendemos esboçar em algumas linhas os motivos que levaram a abertura e a ocupação da zona pioneira paulista. Nas décadas finais do século XIX, o café produzido em São Paulo conquista espaço no mercado internacional, e tal posição anima os fazendeiros a investirem em novas plantações da rubiácea. Como ressalta CANO (1977:18), São Paulo possuía as condições adequadas para a expansão física da cultura do café: terras de boa qualidade para além da região de Campinas (principal região produtora do final do século XIX) e braços para a lavoura, pois na década de 1880 a elite resolvia o problema da escassez de força de trabalho com a substituição do escravo pelo trabalhador livre assalariado, trazido por meio das políticas de imigração subvencionadas pelos próprios plantadores. Junto à disponibilidade de terras e de trabalho, outro elemento fundamental para o sucesso da empresa agrícola do café foi o desenvolvimento ferroviário, que possibilitou conectar de forma rápida e a baixo custo às fazendas produtoras com os portos de exportação do produto. Estes três elementos – terra, imigração e transportes - garantiam à cafeicultura paulista um alto grau de acumulação de capital (CANO, 1977). Contudo, estes três elementos marchavam em direção ao oeste somente quando as oscilações do mercado internacional apontavam para um cenário favorável ao café (VIEIRA, 1973).

Exemplos do que acabamos de afirmar são as ocorrências do início da década de 1890. Neste período, o aumento da demanda pelo café no mercado internacional gerou uma onda de euforia e especulação, incentivando uma nova marcha à procura de novas terras para o café.

Como a expansão do café dependia das estradas de ferro para se estabelecer em tão longínquas paragens, observa-se que as companhias ferroviárias se antecipam aos cafezais e solicitam, junto ao governo do estado, o direito de expandir suas linhas para região recoberta por matas e sem nenhuma atividade agrícola em desenvolvimento. Além do interesse econômico que motivava a abertura de novas frentes de produção, ao solicitarem tais concessões as companhias ferroviárias atendem a uma antiga reivindicação do governo brasileiro, de criação de uma comunicação mais rápida e segura com os estados da região centro-oeste do país. Grande parte das concessões conseguidas pelas companhias ferroviárias permitia não apenas a expansão de suas linhas em direção as “terras desconhecidas”² do estado paulista, como também de adentrar no estado de Mato Grosso. Dessa forma, estava clara a intenção de criar a via de comunicação, mas também de interligar as praças comerciais mato-grossenses à rede urbana e comercial paulista. O engenheiro Adolpho Augusto Pinto (1903) classificou estas novas concessões como *linhas de cunho estratégico*, concebidas para atingir ponto pré-determinado no território. Concessões são dadas às companhias como a Araraquarense, a Sorocabana e a Paulista, que deveriam atravessar o oeste paulista em direção ao estado de Mato Grosso. Mas tais iniciativas não vingaram de imediato, como veremos adiante, e apenas uma companhia conseguiu levar a cabo a construção desta ligação ferroviária, a Noroeste do Brasil. Esta companhia, que contava com financiamentos diretos do governo federal, foi fundada com o único propósito de construção da linha para Mato Grosso, que foi realizada em duas frentes: a paulista, de Bauru até as barrancas do Rio Paraná, foi concedida a um grupo de capitalistas nacionais e estrangeiros para a construção do trecho e, a mato-grossense, de Corumbá ao rio

²Nos mapas cartográficos da província e depois estado de São Paulo, a região noroeste/oeste era registrada nos mapas com esta designação de “terras desconhecidas” por não existir povoamento e nenhum tipo de registro científico a respeito da região. No início do século XX a Comissão Geográfica e Geológica irá promover a exploração da região.

Paraná, realizada pelo governo federal. Depois de atrasos e desvios de dinheiro público, a linha completa foi entregue ao tráfego em 1914³.

O motivo para a demora da execução das concessões das outras companhias deve ser entendido dentro do contexto econômico da virada do século XX. Como explica Vieira,

“Nos últimos anos do século, um período de euforia e confiança, com grande especulação, resultante de uma política inflacionária, levou a multiplicação dos cafezais e a grandes entradas de imigrantes, sobretudo italianos. Mas, a prosperidade era fictícia e em 1900 inicia-se uma crise que se estende até 1905, resultante de uma baixa no preço do café, combinada a uma superprodução. (...) A superprodução ocasionou, também, um arrefecimento” (VIEIRA, 1973:59-60).

Segundo a autora, a retomada do crescimento da frente de expansão cafeeira ocorrerá após o término da I Guerra Mundial. No período de 1905 a 1919, o que motivou a expansão ao oeste foi a diversificação da agricultura paulista que passa a investir em outros produtos, como a pecuária e a cotonicultura (VIEIRA, 1973).

É ao longo da linha da Noroeste que ocorrerá um fenômeno comercial que, pouco tempo depois, se espalhará para outras regiões de fronteira agrícola de São Paulo e de outros estados brasileiros: o *sistema de loteamento* de terras, para a comercialização de lotes urbanos e rurais ao longo das estradas de ferro (VIEIRA, 1973:64). O início do sistema de loteamento de terras pode ser revisitado através de um personagem histórico, o advogado fluminense Manoel Bento Cruz. Segundo Ghirardello (2002), a abertura da Noroeste foi uma excelente oportunidade de negócios vislumbrada por Bento Cruz. Em 1905, o advogado se estabelece na região da Noroeste (Penápolis) e oferece seus serviços a diversos habitantes locais para defendê-los em questões relativas à recuperação de posse de terras de seus antepassados.

³Para uma análise mais detalhada do processo de construção da Noroeste do Brasil ver QUEIROZ (1997).

Como parte do pagamento por estes serviços, o advogado recebeu terras e, em pouco tempo, era proprietário de vários alqueires ao longo da linha da Noroeste. É a partir de então que Bento Cruz inicia individual e informalmente “*sua atividade de parcelador e negociante de terras*”, através de anúncios em jornais da capital paulista⁴ ou diretamente aos compradores interessados que o procurassem em Penápolis. A principal característica de seus terrenos, alardeadas pelo advogado, era a proximidade com a linha férrea da Companhia Noroeste (GHIRARDELLO, 2002:99).

De 1905 a 1912, a venda informal e improvisada de terras por Bento Cruz prossegue, contudo, sem atrair o público consumidor esperado, os imigrantes e pequenos proprietários. O motivo que afugentava estes compradores era a circulação das notícias dos ataques dos índios caigangs aos trabalhadores da companhia na medida em que penetravam na mata para a abrir o caminho para a passagem da nova ferrovia. Os Caigangs, também conhecidos como *Coroados*, de índole guerreira, eram os verdadeiros habitantes da região cortada pela linha da Companhia Noroeste⁵. Na medida em que a expansão capitalista avança em direção ao interior brasileiro, o contato com as populações indígenas era inevitável e muitas batalhas pela posse da terra foram travadas. A repercussão nacional e internacional de tais conflitos, verdadeiros massacres, fez com que o governo brasileiro criasse, em 1910, o *Serviço de Proteção ao Índio* (SPI) ⁶. Segundo Costa, a criação deste órgão sinalizou com mudanças na política indigenista nacional, pois “*retirou-se da Igreja a responsabilidade total na relação com os índios [e] formulou-se uma legislação que garantia aos índios respeito à sua cultura e o direito a terra*” (COSTA, 1987). A frente do SPI

⁴Por meio de anúncio no jornal *O Estado de São Paulo* de 1911 é que Nicolau da Silva Nunes adquire terras de Bento Cruz. Nunes é considerado o “fundador” de Birigui, na linha da Noroeste (GHIRARDELLO, 2002:99).

⁵Sobre o conflito entre brancos e índios no Brasil ver RIBEIRO (1982) e especificamente sobre os Caigangs no estado de São Paulo ver BORELLI (1984).

⁶Sobre a fundação e o trabalho da SPI ver RIBEIRO (1982) e STAUFFER (1959).

estava o militar e chefe da Comissão de Linhas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, Cândido Rondon, que desenvolveu um trabalho de aproximação pacífica com algumas etnias indígenas. O trabalho de Rondon e equipe demonstrou que “*era possível entrar em contato com tribos indígenas sem hostilizá-las*” e foi esta abordagem que norteou a criação do SPI (COSTA, 1987:2).

A SPI conseguiu pacificar os caingangos da Noroeste em 1912, confinando-os em uma pequena parte de seu território. A intervenção da SPI, não proporcionou uma mudança de mentalidade em relação ao papel social do índio⁷, mas que permitiu o pleno desenvolvimento do mercado de terras e da ocupação da zona Noroeste. É neste mesmo ano que ocorre a pacificação dos índios que Bento Cruz organiza junto aos outros capitalistas nacionais e ingleses a *The São Paulo Land, Lumber & Colonization Company*, empresa destinada a comercializar os loteamentos de terras urbanas e rurais ao longo da linha da Companhia Noroeste. Segundo Sallum Jr., “*essa aparente modernidade empresarial encobria um violento processo de apropriação de terras públicas que acabou sendo a forma básica de conquista nessa região do Estado*” (SALLUM JR apud GHIRARDELLO, 2002:110).

Pacificados os índios, restava ainda a recuperação do preço do café no mercado internacional para a liberação do governo das novas plantações de café. Mas a crise do café se arrastou até o fim da I Guerra Mundial e novas frentes produtoras seriam liberadas somente a partir do início da década de 1920. Como apontamos acima, a solução para a agricultura paulista e, conseqüentemente, aos comerciantes de terras, foi o incentivo à diversificação, dado tanto pelo governo como por outras instituições, como a Sociedade Rural Brasileira. O cenário pouco favorável ao café não limitou a ação das companhias

⁷Muitos agentes sociais defendiam que estas populações eram um entrave ao desenvolvimento econômico do país e deviam ser exterminados. A ação da SPI foi importante, mas não foi suficiente para impedir novos conflitos e massacres de índios, que voltaram a acontecer em outras zonas pioneiras de São Paulo.

colonizadoras e outras companhias importantes surgem antes da década de 1920, como a Companhia Marcondes de Colonização (1919), na região da Alta Sorocabana e a Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha (K.K.K.K.) (1917). Muitas outras companhias surgem e comercializam terras além dos limites geográficos da Noroeste e, em breve espaço de tempo, se multiplicaram para outras regiões do estado e do Brasil. É preciso ressaltar que o período de grande atuação das companhias de colonização será da década de 1930 em diante.

É dentro deste contexto que são iniciadas as primeiras povoações na zona pioneira paulista. Nosso próximo objetivo é conhecer como foram as medidas de saneamento adotadas pelos agentes sociais - público e privado - com a intenção de promover ações para garantir a ocupação nas zonas pioneiras.

O saneamento da zona pioneira paulista, 1916-1930



Figura 01. Mapa elaborado pela Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo. Observar que o oeste e noroeste neste mapa continuavam na condição de "terras desconhecidas". (FONTE: COSTA, 2003).

Em seu livro *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*, Pierre Monbeig analisa a situação sanitária da zona pioneira paulista afirmando que o meio tropical impõem certas limitações à fixação do homem. O geógrafo relaciona quais são os problemas sanitários que acometem a zona pioneira na seguinte ordem: endemias ligadas ao meio, moléstias ligadas a gênero de vida e, as afecções graves que estão ligadas mais as estruturas sociais do que ao meio. Nas endemias ligadas ao meio, a primeira que se destaca é a malária. Com base nos dados de Samuel Pessoa, o autor afirma que a malária atingia na década de 1940 toda a área do estado de São Paulo, sendo os principais pontos de focos o litoral e, em segundo, as bacias do Tietê, do Paranapanema e os rios secundários dos planaltos (MONBEIG,1984:323). A malária se manifestava nos períodos de cheia dos rios e nas estações chuvosas. Embora os dados trazidos pelo autor sejam em décadas posteriores a periodização que nos propomos a trabalhar neste artigo, outros dados informam que as ocorrências com a malária no estado de São Paulo datam de períodos anteriores, como o caso da colônia do arsenal militar de Itapura, fundada em 1859, para a implantação de um estabelecimento militar na foz do Tietê, que foi abandonada devido ao surto de malária que vitimou e afugentou seus moradores (CAMPOS, 2007). A malária não acometia apenas as regiões novas. No oeste antigo, na região de Campinas e também na zona Mogiana, em Ribeirão Preto, ocorrências com a malária também foram registradas no início do século XX (TELAROLLI JUNIOR, 2003).

Segundo a classificação proposta por Monbeig existem também as moléstias ligadas aos gêneros de vida e associadas às florestas tropicais: a febre amarela silvestre e a leishmaniose. A febre amarela silvestre, apesar de ter grassado parte do oeste velho na década final do século XIX (TELAROLLI JUNIOR, 1996), somente irá ocorrer na zona pioneira em 1935. A leishmaniose era conhecida no interior paulista como *ferida*

estudos do autor eram baixas as ocorrências com esta moléstia. Por último, Monbeig faz uma observação, no mínimo, curiosa: *“Atribui-se ao meio a responsabilidade pelo miserável estado sanitário; mas a permanência de tal situação não lhe pode ser imputada”* (MONBEIG, 1984:335). Monbeig compartilha dos preceitos de saúde pública em voga no período de realização de seu trabalho sobre as frentes pioneiras, defendidos pelo diretor do Instituto de Higiene, Geraldo Horácio de Paula Souza, um de seus colaboradores de seu livro.

Fundação Rockefeller

Diante deste quadro com as principais ocorrências de doenças que acometiam os pioneiros iremos revisitar as medidas tomadas pelos agentes sociais para o controle da situação sanitária na frente pioneira paulista, entre 1916 e 1930. Como havíamos dito na introdução, a data de 1916 foi escolhida por ser o ano que marca os primeiros contatos da Fundação Rockefeller com o governo estadual paulista. É neste ano que a fundação envia ao estado uma comissão formada por renomados técnicos da Junta Internacional de Saúde (International Health Board) da Fundação Rockefeller para conhecer e avaliar a Faculdade de Medicina para talvez incluí-la no programa de auxílio da fundação (MARINHO, 2003). Candeias sugere que nesta mesma visita da comissão teria avaliado também os trabalhos desenvolvidos pelo governo estadual no combate à febre amarela (CANDEIAS, 1984:5). O resultado desta primeira visita é a assinatura de um contrato de cooperação, em 1916, entre a Fundação Rockefeller e o Serviço Sanitário do governo estadual paulista, para conjuntamente iniciarem uma campanha contra a ancilostomíase (SÃO PAULO, 1917:24). Segundo o relatório do governador do estado, a intenção era que uma comissão brasileira e outra norte-americana trabalhassem no combate a esta verminose em diversos pontos do estado. Neste mesmo texto, transparece o desejo do governo de que a Fundação Rockefeller

ampliase sua cooperação em São Paulo “em escala mais ampla, não só no que concerne aos trabalhos de prophylaxia, como principalmente em trabalhos de investigação científica, em collaboração com os institutos officiaes de São Paulo” (SÃO PAULO, 1917:25), fato que se consumaria em 1918, como veremos a seguir.

O trabalho das duas comissões – brasileira e norte-americana – ocorreu em paralelo por várias regiões do estado, inclusive, nas áreas limítrofes à zona pioneira. Os trabalhos dos postos de profilaxia da Rockefeller focaram o combate à ancilostomíase, enquanto que o Serviço Sanitário além desta e outras verminoses, realizara também do combate e tratamento do impaludismo e do tracoma. Em sua passagem pelo interior paulista, as duas comissões criaram postos de profilaxia da ancilostomíase para oferecer suporte aos trabalhos. Nas tabelas abaixo, reunimos os postos criados pelas duas comissões entre 1917 e 1922:

POSTOS DE PROFILAXIA ABERTOS NO PERÍODO DE 1917 A 1922	
Fundação Rockefeller	Serviço Sanitário
Atibaia	Cosmópolis
Cravinhos	Santo Amaro
Guarulhos	Tremembé
Orlândia	São Bernardo
Piracaia	Santos
Sertãozinho	Iguape
Viradouro	

Tabela 1. (FONTE: Relatórios do Governo Estadual paulista, 1916 a 1920)

Na próxima década, segundo o contrato entre o Estado e a fundação, os postos da Fundação Rockefeller passaram para o controle do Serviço Sanitário e alguns foram transformados em postos permanentes e de atendimento mais amplo. A unificação dos postos ocorreria apenas em 1922, com o final do contrato celebrado em 1918, que determinava que ao término deste, seus postos fossem incorporados pelo Serviço Sanitário (SÃO PAULO, 1924:81).



Figura 00. O mapa da Companhia Paulista mostra quais eram estas cidades limítrofes ao sertão: São José do Rio Preto, Jaboticabal e Bauru. (FONTE: COMPANHIA PAULISTA, 1913)

A leitura dos relatórios de governo sugere que este contrato de 1918 é, na verdade, um outro acordo firmado entre o governo estadual e a Fundação Rockefeller. Desta vez, a instituição que receberia os auxílios da fundação seria a Faculdade de Medicina e Cirurgia, para a

constituição da Cadeira de Higiene, a primeira célula do Instituto de Higiene de São Paulo (MARINHO, 2003; 2004). Caberia a Rockefeller equipar a nova instituição, sustentar a manutenção da cadeira (pesquisas e laboratórios) e oferecer duas bolsas universitárias para qualificar dois médicos da Faculdade de Medicina na Escola de Higiene e Saúde Pública da Universidade Johns Hopkins, nos Estados Unidos (CANDEIAS, 1984). Para a direção dos trabalhos, a fundação envia a São Paulo dois renomados cientistas para dirigir as atividades iniciais da Cadeira de Higiene. Samuel Taylor Darling é o primeiro a chegar a São Paulo e permanece até 1921, quando é substituído por Wilson George Smillie. Segundo Vasconcellos, a Cadeira de Higiene sob a direção dos técnicos da Rockefeller, também contribuiu para o saneamento do interior, uma vez que seu funcionamento articulava-se em torno de três áreas: higiene municipal, higiene rural e a epidemiologia (VASCONCELLOS, 1995:33). Seu raio de ação atingia a região contígua ao sertão que estava sendo aberta para exploração. Segundo Vasconcellos,

“As questões relativas ao meio rural foram objeto de pesquisas e cursos intensivos ministrados no Instituto de Higiene, já em 1921, voltados preferencialmente para prevenção e profilaxia de verminoses, malária, febre amarela, tracoma e doenças venéreas, além de orientações para construção de privadas, fossas e métodos de drenagem do solo. Coordenada pelo próprio diretor, Wilson Smillie, a seção de higiene rural estava voltada, não apenas por acaso, para o controle das endemias definidas como prioritárias pela Fundação Rockefeller e orientou-se para o saneamento de fazendas e vilas do interior e, também, do litoral do estado de São Paulo consideradas estratégicas investimentos de capital, como Araraquara, São Carlos, Santa Cruz do Rio Pardo, Barra Bonita, Piraçununga, entre outras” (VASCONCELLOS, 1995:33-34).

Pela Tabela 1, nota-se que os postos de profilaxia da Fundação Rockefeller estavam presentes em cidades próximas a zona pioneira, como Sertãozinho, na região de Ribeirão Preto (servida pela

Companhia Mogiana), Orlândia e Viradouro, próximas a São José do Rio Preto, que na época já se configurava como “boca do sertão” e ponta de trilho da Estrada de Ferro Araraquara⁸. O relatório de 1919 indicava que os postos mantidos pela Fundação Rockefeller havia tratado 10.559 pessoas e curado da ancilostomíase 3.990 (SÃO PAULO, 1919:24)

O relatório de 1928 informa que um segundo acordo de cooperação entre o Serviço Sanitário e a Fundação Rockefeller teria ocorrido em 1927⁹. Segundo este documento, o acordo de cooperação com a Rockefeller era para o custeio de 12 postos espalhados pelo interior. Ao final do contrato, que findaria em dezembro de 1928, os postos seriam entregues e custeados pelo Serviço Sanitário. Ao contrário do acordo de 1916, os postos sob o controle do Serviço Sanitário tinham uma abrangência maior, não se restringindo apenas a profilaxia de verminoses. Tal abrangência era o resultado de uma nova política sanitária e estrutura administrativa do Serviço Sanitário, fruto das reformas de 1925 da gestão de Geraldo Horácio de Paula Souza. Estes postos estavam diretamente subordinados à Inspetoria de Higiene dos Municípios¹⁰ e suas atribuições se dividiam em profilaxia de endemias diversas, ações de saneamento (drenagem de solo, construção e inspeção de latrinas, etc.), educação sanitária e vacinações, dentre outras atividades.

A Tabela 2 mostra os trinta postos existentes no interior paulista em 1928, doze sob a tutela da Rockefeller e os outros dezoito do Serviço Sanitário. No final da década de 1920, a Rockefeller ainda atendia regiões próximas à zona pioneira (Araraquara, Catanduva, Jaú, Orlândia, Rio Preto e Taquaritinga) e servia ao oeste antigo, nas cercanias de

⁸ A Estrada de Ferro Araraquara chegou a São José do Rio Preto em 1912.

⁹ Os relatórios do governo do estado de São Paulo não indicam quando teria ocorrido o fim do acordo de 1916, de profilaxia da ancilostomíase. Também não há referência sobre o início deste segundo acordo.

¹⁰ Nota-se que esta nova estrutura do Serviço Sanitário estava de acordo com as linhas de atuação da Cadeira/Instituto de Higiene: higiene rural e higiene urbana.

Campinas. O Serviço Sanitário, por sua vez, atuava com seus postos na zona pioneira da Noroeste (Cafelândia) e também na Sorocabana (Piraju, Candido Motta).

POSTOS DE HIGIENE NO PERÍODO DE 1927 a 1928	
Postos mantidos pela Fundação Rockefeller	Serviço Sanitário*
Araraquara	Barra Bonita
Catanduva	Botucatu
Itu	Cafelândia
Espírito Santo do Pinhal	Campos do Jordão
Piracicaba	Cananéia
Jaú	Cândido Motta
Limeira	Caraguatatuba
Santa Rita	Cubatão
Orlândia	Guarujá
Sorocaba	Iguape
Taquaritinga	Piraju
Rio Preto	São Carlos
	Sertãozinho
	Vila Bela
	Xiririca
	São Sebastião
	Ubatuba
	Itararé

Tabela 2.

(FONTE: Relatórios do Governo Estadual paulista, 1916 a 1920)

*Alguns desses postos foram montados pela Fundação Rockefeller e repassados ao Serviço Sanitário em 1922. Dados recolhidos junto aos relatórios estaduais.

O apoio da Fundação Rockefeller ao governo de São Paulo permitiram a ampliação da rede de serviços e de uma estrutura administrativa em

saúde pública que será fundamental para nortear os trabalhos futuros no setor na saúde em todo o território paulista.

Companhias ferroviárias

A ação das companhias ferroviárias é também encarada como a atuação dos agentes sociais privados no campo do saneamento. As ferrovias desbravaram o interior paulista e, em algumas situações, usou esta vantagem para proporcionar a trabalhadores e pioneiros serviços de saúde. É comum encontrar relatos de autoridades sobre o uso de vagões adaptados para uso dos serviços de saúde em regiões mais distantes, onde o contato somente era possível por meio da ferrovia (CAMPOS, 2002).

No caso da zona pioneira paulista, talvez o exemplo mais significativo de atuação de uma empresa ferroviária em campanhas de saneamento tenha sido o da Companhia Noroeste do Brasil (NOB). Como sua linha penetrava na floresta tropical, seus trabalhadores estavam sujeitos às moléstias do meio. A criação de uma divisão de profilaxia contra o impaludismo e outras doenças relacionadas à floresta tropical visava, além do tratamento dos doentes, assegurar a vida dos trabalhadores da via férrea, que era, aliás, duplamente ameaçada seja pela ocorrência das moléstias tropicais ou pelos ataques indígenas aos acampamentos de trabalhadores.

Para organizar os trabalhos da Profilaxia do Impaludismo da Companhia Noroeste foi convocado pela empresa o médico Arthur Neiva, que assume os trabalhos em 1908. Suas impressões sobre o trabalho na Noroeste foram narradas em seu livro de crônicas **Daqui e de longe**, lançado em 1927. Na crônica "A Noroeste", o autor relata a seguinte situação dos trabalhadores:

“A estrada pouco adiante ia de Miguel Calmon. À custa de todos os artifícios, os empreiteiros tinham acumulado milhares de trabalhadores que lutavam furiosamente contra a compacta floresta que cobria a região, e que tombavam, ora victimados pela malária, ora pelo guarantan dos índios caingangues, quando não eram corroídos pela úlcera de Bauru. Abandonar o serviço, impossível; ‘quem entra no inferno não SAE’, ouvi muitas vezes repetido pelos míseros operários. A estrada cuidadosamente cortava a retirada. Voltasse a pé quem quizesse. Eram algumas centenas de kilometros a percorrer em região deserta e infestada pelos bugres inclementes e muitos affrontaram esses perigos, demonstrando coragem sem par. O terror que os selvagens infundiam, obrigava a maioria dos desgraçados a tocar para a frente; chegou-se, assim, á barranca do Paraná” (NEIVA, 1927: 127-128).

A Seção de Profilaxia do Impaludismo da Noroeste do Brasil era exclusivo aos trabalhadores da ferrovia e se extinguiu, assim acreditamos, quando as obras foram concluídas. Quanto aos pioneiros que se dirigiram para a zona da Noroeste, outros agentes sociais assumiram a responsabilidade das medidas profiláticas necessárias para a fixação deste contingente populacional, dos quais destacamos o próprio Estado, por meio do Serviço Sanitário (após 1937 Secretaria de Saúde) e as companhias colonizadoras, que na década de 1930, mantêm suas próprias divisões no apoio aos pioneiros.

A falta de documentação nos impede de levantar se outras companhias ferroviárias mantiveram serviços semelhantes em suas zonas de expansão no oeste paulista. Serviço similar ao da Noroeste foi mantido pela Companhia Sorocabana, em seu trecho de Mairinque a Santos, construído entre 1929 e 1938, para a profilaxia ao impaludismo no litoral sul de São Paulo. Dentro da 5ª Divisão de Estudos e Construções havia o Serviço de Profilaxia¹¹, dirigido pelo médico Humberto Pascale, importante figura da saúde pública paulista (GASPAR, 1962).

¹¹ O Serviço de Profilaxia da Companhia Sorocabana contava com um médico chefe, dois médicos auxiliares, um datilógrafo e quatro guardas sanitários (GASPAR, 1962:18).

Sociedade Rural Brasileira - SRB

Na participação da iniciativa privada nas atividades de saneamento das zonas pioneiras é preciso mencionar uma instituição: a *Sociedade Rural Brasileira*. Fundada em maio de 1919, seu objetivo era o de “*fomentar o desenvolvimento da pecuária, da agricultura, e de todas as indústrias derivadas destas, prestigiar toda a iniciativa que possa favorecer o aperfeiçoamento da criação de diferentes espécies que aumentem o riqueza nacional*” e também a criação de um espaço de informação e interlocução entre seus sócios (DOGNANI E SOUSA, 2009:20). A promoção da agricultura era o mote da instituição, contudo, havia um enfoque especial à pecuária, como a facilitação de importação de animais reprodutores aos associados. Neste período, a pecuária se colocava como uma atividade economicamente favorável ao estado de São Paulo, basta lembrar dos altos investimentos de capitalistas paulistas nas regiões de invernadas próximas a São José do Rio Preto e em Barretos, esta última onde estava localizada a Companhia Frigorífica e Pastoril, subscrita pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro, em 1911 (COMPANHIA PAULISTA, 1911).

Participaram da primeira reunião importantes políticos e fazendeiros paulistas, como Raphael Abreu Sampaio Vidal, Martinho da Silva Prado, Carlos José de Arruda Botelho, Júlio de Mesquita e conselheiro Antonio da Silva Prado, este último, envolvido com a Companhia Paulista de Estradas de Ferro e a Companhia Frigorífica e Pastoril. O direcionamento a pecuária não afastou os interesses da agricultura, pelo contrário, a SRB apoiava seus vários segmentos, e principalmente, o ligado ao café, uma vez que seu quadro de associados era composto por cafeicultores. Como meio difusor das idéias, propostas e de reivindicação dos associados, a SRB passou a publicar a *Revista da Sociedade Rural*

Brasileira, em 1922¹². Figuravam entre os temas de interesse os ligados ao saneamento e à higiene do mundo rural.

Na edição de julho/agosto de 1924, o artigo “Saneamento Rural. A iniciativa privada” abordava justamente a questão das contribuições privadas ao saneamento e tecia duras críticas à direção do Serviço Sanitário, pela falta de continuidade das campanhas ocorridas durante a gestão de Arthur Neiva. A reportagem reconhece as boas condições sanitárias do estado, mas a persistência de verminoses, do tracoma e do impaludismo em populações ribeirinhas colocavam em risco a eficiência do trabalhador rural, advertindo que “o completo saneamento” somente seria conquistado com o auxílio da iniciativa particular. A contribuição da SRB foi com a de criação de uma seção de Propaganda Sanitária, para auxiliar os associados/proprietários na adoção de medidas profiláticas em suas propriedades e assim promover a “regeneração do braço trabalhador”. Como exemplo da ação da iniciativa privada, o artigo cita o exemplo de dois associados, Carlos Leôncio de Magalhães e Bento de Abreu Sampaio Vidal, ambos da região de Araraquara. Em suas propriedades, os trabalhadores dispunham de hospitais, creches, farmácias e médicos, sem descuidar da higiene, com o oferecimento de boas habitações, dotadas de fossas para a colônia de trabalhadores (REVISTA DA SOCIEDADE RURAL BRASILEIRA, 1924:232).

Tais iniciativas eram comuns em áreas mais consolidadas e muito raras em fazendas recém-abertas da zona pioneira, que demandavam uma outra ordem de serviços, a começar pelo melhoramento da comunicação com as zonas mais desenvolvidas.

Em outro artigo de 1924, a SRB se lança em uma audaciosa campanha: “*Em vez de imigração: Higiene e Assistência*”. Este artigo publicado também na revista pedia o fim da imigração de estrangeiros e sugere

¹² Circulava desde 1920 os *Annaes da Sociedade Rural Brasileira*, que foi substituído pela revista.

uma valorização do homem nacional (incluindo os negros), o que pode ser encarado como uma medida de inserção social para uma parcela da população, passados quase 40 anos da abolição. A valorização do brasileiro ocorreria “*pelo saneamento rural, pela assistência à infância, pela educação rural e pela instrução agrária rudimentar*” (REVISTA DA SOCIEDADE RURAL BRASILEIRA, 1924:375). Dentro desta visão, o saneamento permitiria a reprodução dos trabalhadores nacionais: “*A fazenda saneada equivale a duas fazendas. A colônia inspecionada e zelada medicamente é uma colônia que se fixa, que se valoriza e que multiplica”*. Sobre a continuação da política imigratória a reportagem afirma que é

“um grande mal, principalmente no sentido de especialização de raça em que a temos feito. Muito preferível é a confusão de raças em um meio, como o nosso, que se tem revelado bastante forte para assimilá-las e absorvê-las. Melhor ainda será uma parada maior no caminho que vimos seguindo há 50 anos” (REVISTA DA SOCIEDADE RURAL BRASILEIRA, 1924:375) (Grifos nossos).

O artigo ainda ressalta que, se a soma utilizada para a promoção da imigração fosse empregada em obras de saneamento e assistência rural, os fazendeiros teriam lucrado muito mais. Este artigo é um preâmbulo a transcrição de uma palestra publicada pela revista do diretor do Departamento de Saneamento Rural da SRB, Mário Pernambuco, na cidade de Piracicaba durante a inauguração do Posto de Higiene Municipal. Se em artigo anterior a SRB discordava da forma como era conduzido o Serviço Sanitário, Pernambuco afirma sua adesão a política vigente do órgão, criticando a gestão passada e sua ação limitada “*ao combate de certa e determinada endemia*” e que assim estava “*longe de corresponder as necessidades do problema sanitário do interior, cuja solução não depende exclusivamente do tratamento das três endemias [tracoma, ancilostomíase e malária] apontadas e tidas como únicas responsáveis*” (REVISTA DA SOCIEDADE

RURAL BRASILEIRA, 1924:378). A fala de Pernambuco indica que o posicionamento do Departamento de Saneamento Rural da SRB frente à nova política de saúde pública era de adesão. Em outras edições da revista não encontramos menção aos serviços de saneamento prestados pela iniciativa privada ou pela própria SRB. Talvez a política de implantação dos Postos de Higiene Municipais, difundidos a partir da gestão de Geraldo Horário de Paula Souza (1922-1927) tenham favorecido também aos fazendeiros.

Foram estas duas únicas referências na publicação da SRB sobre as iniciativas de uma organização não-governamental na área do saneamento. Certamente, a circulação da revista contribuiu para a disseminação das novas práticas do saneamento no interior e também na zona pioneira.

A ação dos agentes sociais privados aqui estudados pouco avançou em direção as zonas novas, entre as linhas da Alta Sorocabana e da Noroeste. Isto não significa a ausência de medidas de saneamento na zona pioneira. O próprio Arthur Neiva relata que as transformações da Noroeste, promovidas pelos agentes sociais privados, foram surpreendentes e contribuíram para o saneamento do meio, permitindo a fixação do homem na região.

Governo do Estado de São Paulo. O Serviço Sanitário.

A presença do Estado na sociedade se intensifica a partir da proclamação da república. Antigas repartições são reformuladas e outras são criadas para atender aos novos atributos do Estado republicano (BERNARDINI, 2007). Dentro das repartições remanescentes do império que passaram por importantes reformulações foi o da saúde pública. A Junta Provincial de Higiene, que contava com um inspetor geral e uns poucos inspetores para o controle da capital e das principais cidades do interior é reformulada como uma nova instituição,

o Serviço Sanitário. A nova instituição ganha também um novo código de leis em 1892, mas foi o Código Sanitário decretado em 1894 que norteou suas ações pelo século XX afora. A área de atuação do Serviço Sanitário é ampliada para atender em caráter emergencial as principais cidades paulistas: Santos, atingida por sucessivas epidemias, que impediam as operações do porto; São Paulo capital, que abrigava serviços diversos e que também necessitava de diversos melhoramentos e Campinas, ponto de distribuição dos trabalhadores para as fazendas e centro das atividades agrícolas da província/estado havia sido arrasada pela febre amarela (RIBEIRO, 1993).

Nestes primeiros anos de organização do Serviço Sanitário, o médico Emílio Ribas foi o diretor responsável em colocar a instituição em funcionamento, obedecendo suas novas tarefas, com o desenvolvimento de campanhas e criação de outras instituições complementares. A gestão de Ribas foi crucial na consolidação do Código Sanitário e dos serviços de saúde pública, demonstrando que a presença do Estado no setor seria presente e atuante.

Em 1916 findava a gestão de Ribas no Serviço Sanitário. Apesar dos avanços ocorridos, a saúde pública paulista necessitava institucionalizar novas práticas e atingir outras metas. O problema do qual Ribas não conseguira propor solução adequada era a questão do saneamento no rural. Para reformular e enquadrar o Serviço Sanitário dentro destas novas exigências, o governo estadual paulista convocou um médico que havia conhecido "*in loco*" a situação sanitária do interior paulista. Arthur Neiva tinha como principal incumbência atender ao apelo que vinha do interior, pois, a falta de serviços de saúde ameaçava a vida dos trabalhadores e colocava em risco as operações do café. Para atender a estas novas exigências, o Serviço Sanitário precisava de um código para regulamentar sua ação no meio rural, em outras palavras, o Código Sanitário de 1894 necessitava ser ampliado para contemplar

novas normas e regulamentos. Essa era a tarefa de Neiva ao assumir o Serviço Sanitário.

O trabalho como chefe do impaludismo na Noroeste do Brasil e de cientista certamente o qualificavam para a função. Para atender ao apelo vindo do interior, além das reformulações do Serviço Sanitário, de fazendeiros e trabalhadores estabelece acordos de cooperação e financiamento com a Fundação Rockefeller para auxiliar no combate e tratamento de endemias que acometiam o homem do campo. Assim, duas frentes de ação em saúde pública atuavam no interior, do Serviço Sanitário e a Fundação Rockefeller. Os esforços do Serviço Sanitário nos primeiros anos da gestão de Neiva foram para a formulação do Código Sanitário Rural, legislação que daria o suporte legal para a efetuação dos trabalhos. É neste sentido que o relatório de 1916 afirma:

“A adoção e a prática dum ‘Código Sanitário Rural’, que encerre disposições relativas à proteção do solo, dos mananciais, dos cursos de d’agua, à correção de acidentes topográficos geradores de focos de mosquitos, às construções e a vida do campo, à policia sanitária dos animais, para impedir o desenvolvimento das epizootias transmissíveis ao homem; fará baixar enormemente a mortalidade no interior do estado, se não fazer desaparecer de todo o impaludismo, a disenteria e a ancilostomíase, moléstias facilmente evitáveis e, entretanto, de tratamento longo, difícil e as vezes mesmo improfícuo” (SÃO PAULO, 1916:23)

A promulgação do Código Rural trazia os mecanismos de orientação para a ação do Serviço Sanitário e erradicar estes problemas sanitários do estado. Enquanto o código não era oficialmente decretado pelo governo do estado, o Serviço Sanitário agia por meio de campanhas sanitárias, em parceria com a Fundação Rockefeller, contra a malária, o tracoma e a ancilostomíase. Em 1915, portanto antes do acordo internacional, o próprio Serviço Sanitário empreendeu

“a primeira campanha nesse sentido, fazendo imprimir e distribuir folhetos contendo conselhos sanitários referentes à vida rural e as moléstias que podem e devem ser evitadas.

Será útil a continuação dessa propaganda nos meios agrários mais ricos e mais produtivos, onde as referidas moléstias, a começar pela raiva, reinante endemicamente entre os cães vadios, fazem destruições lamentáveis” (SÃO PAULO, 1916:23)

Em finais de 1917 o código é finalmente promulgado na forma de lei e a partir de então, passa a agir de forma mais intensiva no interior, com a instalação de mais postos de profilaxia. Na gestão de Neiva manteve-se o fracionamento do estado em regiões, cada uma com uma cidade-sede de Delegacia de Saúde¹³, responsável pela fiscalização de todas as localidades sob sua tutela. Para atender as demandas vindas do interior no combate as endemias rurais, o Serviço de Profilaxia Rural instalava postos geralmente em caráter provisório, para o socorro e tratamento da população. Arthur Neiva permanece a frente do Serviço Sanitário até 1920 e ficou conhecido pela criação do Código Sanitário Rural.

Em 1922 a direção do Serviço Sanitário é entregue ao jovem médico Geraldo Horácio de Paula Souza, que havia sido um dos profissionais contemplados com uma bolsa de doutoramento da Fundação Rockefeller. Paula Souza continuará o trabalho de Neiva e irá trabalhar em outra reforma do Serviço Sanitário, com o objetivo de criar uma nova repartição que atendesse as necessidades das populações rurais e urbanas. Na reforma Paula Souza, o posto anteriormente de caráter provisório, seria permanente e ganharia um programa especial de funcionamento, baseado na educação sanitária.

¹³ Existiam delegacias de saúde em São Paulo, Santos, Campinas, Guaratinguetá, Ribeirão Preto, São Carlos e Botucatu. Estas três últimas atendiam as localidades recentemente abertas pela marcha pioneira.

Em 1923, o relatório do governo do estado informa que os Postos de Profilaxia Geral, espalhados pelo estado estavam em pleno funcionamento. Enquanto isso, Paula Souza trabalhava para introduzir novos elementos junto ao Serviço Sanitário. Em 1925, o relatório do governo apontava para a introdução deste novo elemento, o Centro de Saúde:

“A educação sanitária do povo, ou seja a formação da sua consciência sanitária é obra de inestimável alcance, tanto que a sua omissão compromete em geral todos os esforços do serviço de saúde pública.

A profilaxia preventiva ou mesmo agressiva será sempre imperfeita e falha, se o trabalho da autoridade sanitária não for secundado pela ação esclarecida do individuo. O serviço oficial de higiene prove a salubridade geral à medida que desperta a contribuição sanitária individual. Esquecido da educação sanitária do povo, o aparelho oficial de higiene opera mais contra o efeito de que contra a causa” (SÃO PAULO, 1925).

Para o saneamento rural, também ocorrem mudanças, como a de transformação dos postos provisórios em permanentes: *“O posto, como organização permanente de higiene no município em que se localiza, será – parece – o aparelho capaz de resolver o problema sanitário do interior” (SÃO PAULO, 1925:37)*. Muitos destes postos de caráter provisório se tornaram permanentes, incorporados pela nova política de Paula Souza. Os postos estavam espalhados pelo estado, inclusive em cidades muito próximas as frentes de expansão do período. Exemplo de um destes postos municipais permanentes é o de Araraquara, em funcionamento desde 1923. Em relatório emitido pela Câmara Municipal, as atribuições do posto estavam organizadas em dois eixos, o de Propaganda e Educação em Saúde Pública e o de Saneamento. No primeiro, predominavam atividades de propaganda, distribuição de folhetos e conferencias públicas e particulares. Na segunda, inspeção

de casas (instalações sanitárias em geral), destruição de nocividades e profilaxia de mosquitos (CARVALHO apud CAMPOS, 2005:69).

O novo serviço atendia aos apelos das comunidades locais e rurais. Até 1930, estes postos são instalados nestas zonas de fronteira, em cidades como Araraquara, Catanduva, Ribeirão Preto e São Carlos, e somente depois de 1930, com a consolidação dos novos núcleos urbanos nas zonas novas do oeste é que estas unidades de saúde serão implantadas.

Mesmo com o auxílio da iniciativa privada, o saneamento será uma atividade de responsabilidade do Estado, sendo este também o principal agente social na garantia e promoção da saúde.

Considerações finais

As medidas sanitárias tomadas entre 1916 e 1930 foram importantes para conter os problemas decorrentes da falta de saneamento, mas não suficientes para erradicá-los. A partir de 1930, com o avanço da frente de expansão pioneira para outras regiões ainda mais distantes dos centros urbanos do interior, uma nova ordem de ocorrências surgem e demandam a atenção dos diversos agentes sociais envolvidos neste processo. Dessa forma, são ampliados os postos de atendimento público mantidos pela Secretaria de Saúde (a partir de 1937). Em breve pretendemos analisar quais foram estas outras medidas tomadas e quais os agentes sociais envolvidos.

A ação dos agentes sociais envolvidos no saneamento das zonas pioneiras do oeste paulista, entre 1916 e 1930, foi fundamental para o sucesso da fixação humana e da própria urbanização. É durante este período que são formuladas as leis e código sanitário que guiarão as ações de agentes sociais públicos e privados.

Bibliografia

(COMPANHIA PAULISTA). **Relatório nº 62 da Companhia Paulista de vias Férreas e Fluviaes para a sessão de Assembléia Geral em 30 de junho de 1911.** São Paulo: Casa Vanorden, 1911.

(COMPANHIA PAULISTA). **Relatório nº 64 da Companhia Paulista de vias Férreas e Fluviaes para a sessão de Assembléia Geral em 30 de junho de 1913.** São Paulo: Casa Vanorden, 1913.

(SÃO PAULO – ESTADO). **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo, em 14 de julho de 1919, pelo Dr. Altino Arantes, Presidente do Estado de São Paulo.** 1919.

(SÃO PAULO – ESTADO). **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo, em 14 de julho de 1917, pelo Dr. Altino Arantes, Presidente do Estado de São Paulo.** 1917.

(SÃO PAULO – ESTADO). **Mensagem apresentada ao Exmo. Sr. Dr. Carlos de Campos, em 1º de maio de 1924, pelo Exmo. Sr. Dr. Washington Luis Pereira de Sousa, Presidente do Estado de São Paulo.** 1924.

(SÃO PAULO – ESTADO). **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo, em 14 de julho de 1916, pelo Dr. Altino Arantes, presidente do Estado de São Paulo.** 1916.

(SÃO PAULO – ESTADO). **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo, em 14 de julho de 1925, pelo Dr. Carlos de Campos, presidente do Estado de São Paulo.** 1925.

(SOCIEDADE RURAL BRASILEIRA). "A valorização do homem. Em vez de imigração: Higiene e Assistência" In: **Revista da Sociedade Rural Brasileira.** São Paulo: SRB, ano V, nº 54, dezembro de 1924.

(SOCIEDADE RURAL BRASILEIRA). "Saneamento Rural. A iniciativa privada" In: **Revista da Sociedade Rural Brasileira.** São Paulo: SRB, ano V, nº 49-50, julho/agosto de 1924.

(SOCIEDADE RURAL BRASILEIRA). "Saneamento rural. A saúde pública no interior. Conferência feita em Piracicaba, perante o sr. Secretário do Interior, pelo dr. Mário Pernambuco" In: **Revista da Sociedade Rural Brasileira**. São Paulo: SRB, ano V, nº 54, dezembro de 1924.

BERNARDINI, S. P. **Construindo infra-estruturas, planejando territórios: A Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do governo estadual paulista (1892-1926)**. 2007. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

BORELLI, S.H. **Os Kaingang no estado de São Paulo: constantes histórias e violência deliberada**. São Paulo: Yankatu Editora, 1984.

CAMPOS, C. A Higiene do espaço através da Educação Sanitária: As propostas modernas de Geraldo Paula Souza para São Paulo, 1922-1945. In: GITAHY, M.L.C. (org.) **Desenhando a cidade do século XX**. São Carlos: RiMa/FAPESP, 2005.

CAMPOS, C. **Ferrovias e saneamento em São Paulo**. O engenheiro Antonio Francisco de Paula Souza e a construção da rede de infraestrutura territorial e urbana paulista. 2007. Tese - (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CAMPOS, C. **São Paulo pela lente da higiene**. As propostas de Geraldo Horácio de Paula Souza para a cidade, 1925-1945. São Carlos: RiMa/FAPESP, 2002.

CANDEIAS, Nelly Martins Ferreira. "Memória Histórica da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo – 1918-1945" In: **Revista de Saúde Pública**. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública, nº 18, 1984.

CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 1ª ed. São Paulo: Difel, 1977, 317 p.

COSTA, D.C. Política indigenista e assistência à saúde Noel Nutels e o serviço de unidades sanitárias aéreas. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, vol.3, n. 4, 1987.

COSTA, L. A. M. **O Ideário urbano paulista na virada do século**. Theodoro Sampaio e as questões territoriais e urbanas modernas (1886-1903). São Carlos: RiMa/FAPESP, 2003.

DOGNANI, E.; SOUSA, A.F. **Sociedade Rural Brasileira, 90 anos**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/SRB, 2009.

FRANÇA, A. **A marcha do café e as frentes pioneiras**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1960.

GASPAR, A. F. **Pequeno histórico da Mayrink-Santos**. Meus serviços prestados a essa linha entre Mayrink e Samaritá. São Paulo: Editora Cupolo Ltda, 1962 (Disponível em <http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0102z14f18.htm> Acessado em agosto de 2010)

GHIRARDELLO, N. **À beira da linha**. Núcleos urbanos ao longo da Noroeste paulista. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

GUNN, P. O. M. Importância histórica da fronteira cafeeira na ocupação territorial em São Paulo. **Boletim Técnico São Paulo**. São Paulo, n. 8, p. 59-72, 1992.

LIMA, J.F.T. **A ocupação de terras e a destruição dos índios na região de Bauru**. 1978. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1978.

MARINHO, M.G.S.M.C. A Fundação Rockefeller e instituições de ensino e pesquisa em São Paulo. Procedimentos, práticas e personagens no campo biomédico: uma análise preliminar (1916-1952) In: **Horizontes**. Bragança Paulista: EDUSF, v.8, n.1/2, 2004.

MARINHO, M.G.S.M.C. **Elites em negociação**: breve história dos acordos entre a Fundação Rockefeller e a Faculdade de Medicina de São Paulo (1916-1931). Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

MARTINS, J.S. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 2004.

MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.

NEIVA, A. **Daqui e de longe...**Crônicas nacionais e de viagem. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1927.

PERISSINOTO, R.M. **Estado e capital cafeeiro em São Paulo, 1899-1930**. São Paulo/Campinas: FAPESP/Annablume/Unicamp, 1999.

QUEIROZ, P. R. C. **As curvas do trem e os meandros do poder**: o nascimento da estrada de ferro Noroeste do Brasil (1904-1908). Campo Grande: Editora UFMS, 1997.

RIBEIRO, D. **Os índios e a civilização**. Petrópolis: Editora Vozes, 1982.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. **História sem fim...** Um inventário da Saúde Pública. São Paulo: Editora da UNESP, 1993.

STAUFFER, D.H. Origem e fundação do Serviço de Proteção aos Índios (1889-1910). **Revista de História**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 37, 1959.

SZMRECSÁNYI, T. Novas contribuições à historiografia do trabalho no estado de São Paulo In: **Presente e futuro das relações de trabalho**. São Paulo: LTR, 2000.

TELAROLLI JUNIOR, R. Fragmentos da história da malária em São Paulo. **Revista de Ciências Farmacêuticas**. Araraquara: FCF/UNESP, 24(1):1-5, 2003.

TELAROLLI JUNIOR, R. **Poder e saúde**: as epidemias e a formação dos serviços de saúde em São Paulo. São Paulo: Editora da UNESP, 1996.

VASCONCELLOS, Maria da Penha C. (Org.). **Memórias da Saúde Pública.** A fotografia como testemunha. São Paulo/Rio de Janeiro: Editora Hucitec/Abrasco, 1995.

VIEIRA, F.I.S. **O japonês na frente de expansão paulista.** São Paulo: Livraria Pioneira Editora/Editora da Universidade de São Paulo, 1973.